



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO

THE DISPUTES AROUND THE PRESERVATION OF THE MACEIÓ STREAM AT THE DAWN OF THE NOVA REPÚBLICA: PRESS, POLITICS, AND TOURISM

LAS DISPUTAS EN TORNO A LA CONSERVACIÓN DEL ARROYO MACEIÓ EN EL AMANECER DE LA NOVA REPÚBLICA: PRENSA, POLÍTICA Y TURISMO

Matheus Cardoso de Andrade²

e453180

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i5.3180>

PUBLICADO: 05/2023

RESUMO

As discussões sobre turismo, imprensa e política envolvem um processo no qual denominamos de “turistificação”, elemento que remete à uma série de investimentos e políticas urbanísticas no entorno do riacho Maceió, situado na orla de Fortaleza, Estado do Ceará. Visando compreender melhor esse processo e sua relação com o riacho, este artigo tem como objetivo analisar a conjuntura histórica dos anos 1970-1980, refletindo sobre como tal conjuntura altera as relações de poder do jornal *O Povo* e o jogo político da época, perceptível através da análise da disputa sobre um muro construído na foz do riacho Maceió em 1988. Dessa maneira, percebe-se que a aplicação de políticas econômicas e culturais voltadas para o desenvolvimento da atividade turística reforçou um cenário de forte especulação imobiliária na orla de Fortaleza e na composição e alianças entre a imprensa, o setor privado e público. Diante disso, concluímos que a análise crítica de tal conjuntura em relação aos desdobramentos ocasionados pelas disputas entorno da preservação do Maceió desvelam um cenário de intensas disputas políticas que estavam longe de serem garantidas pela simples mudança de regime político. O alvorecer da Nova República trouxe outros desafios como o turismo, a ressignificação cultural, ambiental e paisagística para as comunidades locais. Esse artigo vincula-se ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC/CNPQ e possui financiamento da CAPES¹.

PALAVRAS-CHAVE: Riacho Maceió. Turismo. Conjuntura histórica. Jornal *O Povo*.

ABSTRACT

*Discussions on tourism, the press, and politics involve a process that we call “touristification”, an element that refers to a series of investments and urban policies around the Maceió stream, located on the edge of Fortaleza, state of Ceará. Aiming to better understand this process and its relationship with the stream, this article aims to analyze the historical situation of the 1970s-1980s, reflecting on how this situation changes the power relations of the newspaper *O Povo* and the political game of the time, perceptible through from the analysis of the dispute over a wall built at the mouth of the Maceió stream in 1988. In this way, it is clear that the application of economic and cultural policies aimed at the development of tourist activity reinforced a scenario of strong real estate speculation on the edge of Fortaleza and in the composition and alliances between the press, and the private and public sector. Because of this, we conclude that the critical analysis of such a situation about the developments caused by the disputes surrounding the preservation of Maceió reveals a scenario of intense political disputes that were far from being guaranteed by the simple change of political regime. The dawn of the New Republic brought other challenges such as tourism, cultural, environmental, and*

² Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista CAPES. Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória - GEPPM/UFC/CNPQ. Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

¹Trabalho orientado pelo prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira. Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

landscape re-signification for local communities. This article is linked to the Study and Research Group on Heritage and Memory-GEPPM/UFC/CNPQ and is funded by CAPES.

KEYWORDS: *Maceió Stream. Tourism. Historical situation. O Povo Journal*

RESUMEN

Las discusiones sobre turismo, prensa y política envuelven un proceso que llamamos “turistificación”, elemento que hace referencia a una serie de inversiones y políticas urbanas en torno al arroyo Maceió, ubicado en la periferia de Fortaleza, Estado de Ceará. Con el objetivo de comprender mejor este proceso y su relación con el arroyo, este artículo tiene como objetivo analizar la situación histórica de las décadas de 1970-1980, reflexionando sobre cómo esta situación cambia las relaciones de poder del diario O Povo y el juego político de la época, perceptible a través del análisis de la disputa por un muro construido en la desembocadura del arroyo Maceió en 1988. De esta manera, es claro que la aplicación de políticas económicas y culturales dirigidas al desarrollo de la actividad turística reforzó un escenario de fuerte desarrollo inmobiliario. La especulación en el borde de Fortaleza y en la composición y alianzas entre la prensa, el sector público y privado. Frente a eso, concluimos que el análisis crítico de tal situación en relación con los desarrollos provocados por las disputas en torno a la preservación de Maceió revelan un escenario de intensas disputas políticas que estuvieron lejos de ser garantizadas por el simple cambio de régimen político. El amanecer de la Nueva República trajo otros desafíos como la resignificación turística, cultural, ambiental y paisajística para las comunidades locales. Este artículo está vinculado al Grupo de Estudios e Investigaciones sobre Patrimonio y Memoria-GEPPM/UFC/CNPQ y cuenta con el financiamiento de la CAPES.

PALABRAS CLAVE: *Arroyo Maceió. Turismo. Situación histórica. Periodico O Povo*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as discussões sobre o processo de desenvolvimento dos grandes centros urbanos se encontram muito atrelados às épocas e conjunturas históricas específicas, tendo ritmos, temporalidades e influências diversas de acordo com a região e especificidades sociais, políticas e econômicas. Um desses períodos marcantes de desenvolvimento da cidade de Fortaleza Estado do Ceará (CE) está muito atrelado à ideia de “turistificação” que envolve a segunda metade do século XX, que foi cada vez mais intenso e predominante.

Como podemos observar, através dos estudos de Benevides (1998) a noção de “turistificação” diz respeito à uma série de políticas, medidas, construções, ações, projetos e readequações na paisagem social, ambiental e urbana, visando adequar um espaço para o recebimento, execução de atividades ligadas ao turismo. A atividade turística está relacionada ao movimento e ao deslocamento espacial de pessoas sendo importante a sua abordagem também no contexto social (MEDEIROS et al. 2022). É o caso da cidade de Fortaleza (CE), que gradativamente a partir da segunda metade do século XX, buscou se inserir nas principais rotas do turismo nacional e internacional por meio do turismo praieiro.

Em meio ao desenvolvimento da atividade turística e urbana encontra-se o riacho Maceió, o qual já na década de 1980 foi um dos últimos bens naturais e paisagísticos urbanos da cidade ainda identificável e passível de ser preservado. Houve inúmeras ações antrópicas que modificaram a qualidade drasticamente a qualidade natural do riacho Maceió, como: a intensificação da poluição, o

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

desmatamento das árvores no entorno, resultando na morte de seres vivos que compunham o ecossistema local, prejudicando assim a acepção levantada por autores como Baptista e Cardoso (2013), os quais destacam a relevância dos rios, o crescimento da cidade e de civilizações humanas.

Além disso, o riacho Maceió na segunda metade do século XX ainda era um dos mananciais de extrema relevância para o desenvolvimento do atual bairro do Mucuripe, dada a sua proximidade com a orla, a ligação com outras áreas e braços d'água, as plantações de verduras, frutas, pesca, lazer, lavagem de roupas e moradias de pessoas desprovidas de condições financeiras, construídas próximo as suas águas (ANDRADE, 2021a). Esses fatores trazem elementos importantes para a construção de um pertencimento com o riacho, sua paisagem e práticas desenvolvidas.

É devido à essa relevância ambiental e cultural para muitas pessoas da localidade e dos movimentos ligados ao meio ambiente que, como veremos, ocorre uma ampla mobilização em prol de defesa de inúmeros interesses ligados ao meio ambiente, cidade e lazer. Esse processo se estabelece pelo cotidiano, no custo de vida e de moradia elevados, na forma de trabalho, consumo e lazer que englobam direitos de ter acesso aos espaços culturais da cidade, alguns cada vez mais concentrados nas imediações nessa região da orla de Fortaleza, como o calçadão, restaurantes, o Centro Cultural Dragão do Mar.

Visando compreender a relação entre as disputas entorno do riacho Maceió e as inter-relações com a conjuntura da época, uma análise mais acurada de meados da década de 1970 até o ano de 1988 se torna chave tanto pela busca por garantir novamente as prerrogativas legais para que o riacho seja preservado em âmbito municipal, tanto pela mudança de regime político quanto pela conjuntura cultural (NOGUEIRA, 2020). O jornal *O Povo* desponta como um elemento essencial nessa análise pelo seu papel enquanto veículo de imprensa, pelas formas que se insere nesse debate e atuação concisa nos bastidores do poder.

Nesse viés, o papel dos meios de comunicação como o jornal *O Povo*, não se restringem apenas ao mero fato de comunicar ou selecionar matérias, seções de moda, esporte, política, cidade, cultura, mas também formular tendências, gostos, críticas, opiniões, elogios e espaços de fala que podem ser analisados dentro de uma problemática histórica enquanto fonte para compreendermos determinada época (LUCA, 2005).

No caso do *O Povo*, a década de 1980 nos mostra um momento de realinhamento desse jornal com a política regional que se aproximam à vertente neoliberal, promovendo assim alterações nas regras do jogo político que afetaram diretamente no trato político do periódico e nas alianças do jornal com o setor privado. Diante desses fatores, o objetivo central deste artigo é compreender como essa conjuntura de turistificação e de avanço do neoliberalismo foi, gradativamente, afetando as políticas no ano de 1988 voltadas para o riacho Maceió, situado em Fortaleza (CE).

Para isso, temos como objetivos específicos a análise de forma mais acurada conjuntura histórica dos anos 1970-1980 e relacioná-la com as alterações que o periódico sofre nesse período em que há uma maior abertura política. Ademais, buscaremos investigar a questão do riacho Maceió através das matérias do jornal *O Povo*. Iremos explorar um caso que ocorreu no final da década de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

1980: a construção e derrubada de um muro próximo a foz do Maceió de modo que esse caso seja analisado e problematizado dentro dessa conjuntura política e midiática.

Com isso iremos desvelar as questões ligadas ao processo de avanço de novas problemáticas e questões ligadas à orla de Fortaleza, ao meio ambiente e ao bairro do Mucuripe, deslocando do senso comum à percepção de simples acasos ou naturalidade desse processo. É buscando questionar como se deu a relação da influência política e social do turismo sob o riacho Maceió, tendo o jornal *O Povo* como mediador desses conflitos e fonte de análise histórica. Então a metodologia foi constituída através da análise documental e da literatura pertinente ao tema.

Para execução da análise documental foi consultado, primordialmente, o conjunto de obras do local chamado *Acervo Mucuripe*, que se trata de um acervo comunitário situado no bairro Mucuripe, fundado e administrado por Diego Di Paula desde 2017. Nesse local havia recortes de jornais e exemplares inteiros, documentos sobre as mobilizações pela preservação do riacho Maceió e sobre o bairro Mucuripe. Consultamos documentos e estudos da literatura científica, para compreender a conjuntura da época e sua ligação com os acontecimentos tanto indiretamente quanto diretamente, vinculados ao jornal *O Povo* do ano de 1988.

Ainda sobre o jornal, selecionamos as seções sobre *Cidade* e *Política* ligadas ao ano de 1988. Analisamos também um documento vinculado à prefeitura de Fortaleza como forma de perceber como essas mobilizações se aproximavam das questões políticas, contando com apoio de políticos que se colocavam como favoráveis às causas dos moradores e movimentos sociais num momento delicado tanto pelas alterações de poderes e avanço do turismo e de projetos urbanísticos sobre o litoral.

Por fim, o artigo está estruturado nas duas seções a seguir: na explanação sobre a conjuntura e fatores que se relacionaram com a preservação do riacho Maceió como a ideia de zona especial; a outra seção, corresponde à relação dos acontecimentos relacionados com essa conjuntura política com o jornal *O Povo*, a preservação do Maceió e as disputas políticas vinculadas aos grupos que gradativamente se tornavam predominantes, interessados em impor a pauta do turismo e da modernização da cidade através da orla como algo imperativo e necessário para o nascimento de uma Fortaleza Bela.

2 A CONJUNTURA SOCIAL E HISTÓRICA ENTRE A DÉCADA DE 1970 E FINAL DOS ANOS 1980: A EXPANSÃO DO TURISMO SOB A ÉGIDE DA CULTURA E DO NEOLIBERALISMO

A percepção crítica da conjuntura das últimas décadas do século XX se torna fundamental para compreendermos as discussões e problemáticas predominantes em âmbito nacional e regional. Esse fato fica claro, quando abordamos a questão do turismo desenvolvimento urbano e as mudanças implementadas no bairro Mucuripe, mais especificamente no entorno do riacho Maceió, um dos espaços mais cobiçados e disputados devido a sua proximidade do mar e da orla de Fortaleza (ANDRADE, 2021b).

Cabe mencionar que o recorte histórico envolve tensões políticas e econômicas de um país que estava em litígio político pela lenta e contraditória reabertura política para um regime democrático



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

e pelas medidas repressivas adotadas ao longo do período ditatorial. Em meio ao caráter de censura e cerceamento de liberdades, surgiram outras ideias de cultura, cidade e turismo que foram se estabelecendo no Brasil e no Ceará sob um viés mercadológico.

Nessa época surgiram outras leituras sobre o papel do turismo que nos ajudam a perceber uma conjuntura de discussões sobre tal questão que envolve o Brasil, haja vista o reordenamento da relação entre turismo, cultura e urbanização propagadas. É entre tais alterações que emergem políticas e direcionamentos capazes de tornar o turismo como um dos pilares econômicos do Estado do Ceará pelos seus recursos e paisagens naturais.

Podemos tomar como um dos marcos do avanço das discussões e aproximações entre o campo do turismo, da cultura, da cidade e do patrimônio a Carta do Turismo da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), oficialmente publicada em 1976 em parceria com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Nessa carta veremos que há um amplo destaque ao papel do turismo e da abrangência dessa atividade em um mundo que se globalizava pelo avanço tecnológico e do neoliberalismo:

O turismo é um feito social, humano, cultural e econômico irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento dessa atividade[...] Contemplado com a perspectiva dos próximos vinte e cinco anos, dentro do contexto dos fenômenos expansivos que afronta o gênero humano e que podem produzir graves consequências, o turismo aparece com um dos fenômenos propícios para exercer uma influência no em torno do homem em geral e dos monumentos e sítios em particular (ICOMOS, 1976 - grifo nosso).

A carta aponta as diretrizes a serem tomadas com relação ao turismo e o patrimônio, sendo preciso que as políticas vinculadas ao patrimônio cultural se desenvolvam em conjunto e diálogo. Não se nega possíveis aspectos negativos do turismo, mas é dado maior destaque aos pontos positivos que o turismo pode trazer ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento econômico.

A ideia de irreversibilidade do turismo, ou seja, de que não tem como pará-lo, cabendo adaptar-se a ele revela de que forma o turismo estava sendo compreendido em termos econômicos e culturais. Como podemos constatar, a Carta ainda faz uma projeção que vai até o início do século XXI relatando possíveis desafios, mas o turismo seria a atividade essencial para superá-los.

A relevância desse documento nos leva a pensar sobre as particularidades históricas de expansão do turismo do caso brasileiro, tanto em âmbito nacional quanto regional e estadual, envolvendo órgãos, instituições, programas responsáveis para planejar, fomentar e direcionar o desenvolvimento de políticas nacionais, estaduais e municipais voltadas para esse setor ao longo da segunda metade do século XX.

Um deles, o Programa de Revitalização das Cidades Históricas (PCH) implementado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) representaram parte das políticas nacionais do período. Outro exemplo ainda na década de 1960 foi a criação de órgãos como o Sistema Nacional de Turismo e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) assim como a Empresa



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

Brasileira de Turismo (Embratur) que gradativamente ganham influência ao longo dos anos 1970 (AGUIAR, 2014).

Como Aguiar (2016) pontua, a implementação dessas políticas em nível nacional e estadual foram feitas dentro de certas particularidades de acordo com a região e as propostas avaliadas. No caso do Nordeste, órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) e Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foram responsáveis por deliberar custos, viabilidade e investimentos necessários para os projetos turísticos.

A depender do parecer, avaliação e interesse político, as medidas com relação aos patrimônios da cidade, lugares e zonas de interesse poderiam ser incluídas nos planos e áreas com potencial turístico.

A partir de tal definição, os sítios urbanos preservados, assim como reservas e estações ecológicas, fontes hidrominerais, localidades com condições climáticas excepcionais e outras áreas de especial interesse turístico estariam “destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos” por intermédio da Embratur, do Iphan e de agências como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial de Meio-Ambiente (SEMA). A preservação dos bens culturais e naturais, enfatizada ao longo dessa legislação, justificava-se a partir do momento em que eles foram classificados como áreas especiais de interesse turístico (AGUIAR, 2016, p. 142).

É em meio a tais políticas voltadas para a planificação do turismo e da inserção de áreas como a foz e trecho adjacentes à Av. Beira-Mar - uma das principais vias urbanas da localidade - que o riacho Maceió na década de 1980 foi reconhecido enquanto Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística -ZE-1. Esse fato demonstrou as tentativas da época de alinhar os interesses econômicos com a delimitação de zonas com potencial turístico, paisagístico, histórico e político, que delimitou formas de inserir o Maceió nessas discussões entre turismo, patrimônio, cidade, especulação imobiliária e neoliberalismo.

A estruturação e atuação de diferentes setores alinhados às diretrizes culturais do regime militar possibilitou outras formas de trabalhar a cultura e o turismo. As discussões internacionais no campo da cultura, história e patrimônio tiveram suas influências, na medida em que os tratados, diretrizes e estruturação econômica internacional buscavam criar redes de consumo, lazer e de lucro cultural com bens, objetos e paisagens vistas como atraentes.

O Ceará, Estado que estava em ascensão no que concerne às políticas culturais e turísticas, começa a ser visto como um dos locais que possui grande potencial pelas suas praias e clima tropical. A atividade turística foi se consolidando na medida em que o Estado investia nesse setor e contava, em parte, com o aporte financeiro da iniciativa privada para implementar seus projetos de urbanização, lojas e serviços vistos como essenciais para estruturar o turismo e atender às demandas de qualidade dos turistas (BENEVIDES, 1998).

Através dos planos e programas elaborados no Estado, podemos compreender melhor as articulações políticas e discussões propostas a nível regional e estadual a partir do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Ceará (I PLANDECE) implementado entre os anos 1975-1979 num momento de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

desenvolvimento de outros investimentos e de expansão do turismo e das políticas culturais, algo que marcou de modo gradativo essas novas fases de investimentos (BENEVIDES, 1998).

A maior inserção do turismo nas práticas e políticas culturais do Estado, de enfraquecimento da ditadura civil-militar que no decorrer dos anos 1980, o debate sobre turismo e seus desdobramentos foram colocados de maneira mais incisiva no Ceará (NOGUEIRA, 2020). Percebemos que tal fator afeta diretamente também no entorno do riacho Maceió, principalmente pela especulação imobiliária, projetos e políticas a serem implementadas. É nesse sentido que o processo de turistificação ganha força e precisa encontrar formas de apoio e investimento.

Como veremos, é nessa conjuntura que a ascensão do grupo político conhecido como “mudancista”, que ficou marcado por ser composto por jovens empresários que visaram se contrapor ao que seria um *modus operandi* dos políticos tradicionais que se estabeleceram durante o regime ditatorial. Esse grupo se torna fundamental para o realinhamento de políticas econômicas, urbanas e, também, no papel do jornal *O Povo* dentro das prerrogativas do turismo. Essa narrativa constituiu-se o ponto de inflexão na reconstrução do imaginário social e histórico do Estado, marcando a desconstrução da imagem do Ceará como a “terra das secas e miséria” para uma das principais capitais do país, com praias, serviços e desenvolvimento atraentes e desejados pelos turistas.

3 O JORNAL *O POVO* E AS DISPUTAS (POLÍTICAS E SOCIAIS) EM RELAÇÃO AO RIACHO MACEIÓ

O Jornal *O Povo* foi fundado em 07 de janeiro de 1928, se tornou um tradicional periódico do Ceará. Possui diversas edições e relevância política e econômica, mantendo influências consideráveis no final do século XX. Esse jornal se tornou relevante pela mudança na forma de ser gerido e no papel que exerceu enquanto espaço de vinculação de matérias, versões, opiniões e no apoio político dado. Por ser um dos principais periódicos da época, sua tiragem era bastante expressiva e a leitura vista como natural para boa parte dos cearenses acostumados a ler jornal pela tradição no jornalismo local. Desde o início do século XX, o Jornal *O Povo* tem sido um importante veículo de comunicação, atuando ativamente na cobertura de notícias e eventos relevantes em Fortaleza.

O jornal, que ao longo do regime autoritário buscou se aliar aos políticos tradicionais, também passava por esse momento de “transição democrática” se (re) inserindo em redes de poder do capital. O periódico, diferentemente da época dos coronéis - como eram chamados os políticos tradicionais dos anos 1960 - já não dependia quase que exclusivamente de verbas do governo para se manter em boas condições (LIMA JÚNIOR, 1997).

Segundo Silva (2010) tanto *o Povo* quanto o jornal *Diário do Nordeste* - outro jornal local que surge nesse período - trazem um discurso modernizador e de inovação tecnológica como lemas, assim como outros meios de comunicação já consolidados na época (televisão) e emergentes no final do século (telefone portátil, computador). Os jornais estavam inseridos dentro de uma rede de ressignificações capitalistas, sociais e espaciais que se reorganizavam de acordo com as tendências e pautas do final do século XX.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

Em meio à tais alterações, o jornal *O Povo* se destacava como um dos grandes aliados do grupo mudancista na propaganda turística do Estado, tornando as relações entre esses setores muito próximas devido aos interesses em comum: o fomento em investimentos no setor hoteleiro em locais turísticos como as praias do Estado, construção de lojas e equipamentos culturais como o Dragão do Mar no final da década de 1990 (GONDIM, 2007).

A estruturação de tais alterações nos bens culturais e naturais urbanos perpassa outras leituras sobre a economia e a imprensa. É justamente nessa conjuntura de redemocratização que o jornal *O Povo* se encaminhou para parcerias público-privadas ímpares que fomentaram outras realidades sociais e econômicas para o Estado, especialmente as regiões vistas com potencial turístico, causando uma realidade econômica e urbanística inusitada até então (BRASIL, 2009).

Na década de 1980, a guinada à vertente neoliberal se dá principalmente com as alterações nas regras do jogo político, formas de obter recursos e barganhar com o seu capital informativo. A cobertura dada aos eventos do Centro de Indústria Cearense, bem como as alternativas de financiamento político do período inauguram uma nova fase tanto para o jornal como para a política do Ceará, na medida em que há laços estreitos entre certos políticos e o jornal no final do século XX:

Ainda em 1990, o jornal decide emitir títulos mobiliários chamados debêntures, que garantem aos compradores uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários da mesma. As debêntures têm como garantia todo o patrimônio da empresa. Entre os subscritores dos títulos de *O Povo* estavam os grupos M. Dias Branco, J. Macedo, Palácio de Queiroz, Construtora Estrela, Grupo IPLAC e o Grupo La Fonte", este último pertencente à família Jereissati, sendo administrado por um irmão do governador Tasso (LIMA JÚNIOR, 1997, p. 61).

O financiamento nos bastidores, conforme citação acima, serviu como garantia política para Tasso, que nessa época, promoveu grande ajuda ao jornal e se tornou uma personalidade capaz de manter boas relações comerciais e políticas com o jornal *O Povo*. Não raro, com o sucesso político de Tasso e sua capacidade de angariar votos e capital político, o alinhamento do jornal com pautas políticas em períodos eleitorais foram importantes para estabelecer visões e narrativas adequadas aos interesses particulares.

É justamente nesse momento, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 entre o mandato de Maria Luiza Fontenele que se intensificam embates políticos pelo controle da máquina pública. Ela foi a primeira mulher a ser eleita prefeita na cidade e rivalizou fortemente com o grupo mudancista liderado por Tasso Jereissati. É nesse contexto que poderemos analisar a relevância do jornal *O Povo* nas disputas relacionadas a preservação do riacho Maceió, bem como compreender a relação do turismo e da especulação imobiliária nesse processo.

O jornal recebia o apoio financeiro de grupos e sujeitos vinculados ao mercado financeiro e favoráveis às alterações paisagísticas e ambientais na orla da cidade. Ao mesmo tempo, o jornal permitia que grupos e sujeitos contestassem as consequências do avanço desse processo sobre suas casas, moradias e locais de lazer. Isso fica evidente no final dos anos 1980 pelas matérias



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

citadas e seguem em outras tiragens do jornal na década de 1990, como no projeto chamado “O Povo nos bairros”, no qual havia notícias específicas sobre o Mucuripe.

Nesse recorte, essa duplicidade de interesses se dá em um momento em que o jornal *O Povo* busca se articular tanto com os seus parceiros comerciais e financiadores, quanto ao momento histórico em questão que permite maior participação política e mobilização social. Esse fato torna imprescindível também uma maior abertura e inserção de diferentes vertentes e opiniões nas páginas do jornal para engajar leitores e conseguir dialogar com diferentes grupos e pautas.

Devido ao novo papel que o turismo e o desenvolvimento da região tomam, o entorno do riacho Maceió não era mais visto como uma região de pescadores, prostitutas e pessoas pertencentes as classes perigosas. Segundo Barbalho e Barreto (2020), é nessa conjuntura que o grupo mudancista se torna fundamental para a percepção de uma nova fase de modernização do Ceará, agora pelo viés mercadológico e turístico. Entre os possíveis parceiros e ferramentas de poder articuladas, podemos identificar o jornal *O Povo* como um dos articuladores importantes.

Visando compreender melhor as diferentes facetas do jornal, podemos destacar trechos de uma matéria presente na seção “Cidade”, intitulada “Mucuripe Distante de ser uma comunidade Ideal”, assinada por Guálter George, possivelmente um dos funcionários do jornal:

O transporte coletivo é raro e ruim, o número de escolas pública é insuficiente para atender à quantidade de crianças e jovens. Reivindica-se, ainda, a construção de órgão para servir de apoio ao Hospital dos Arrumadores, tendo em vista a necessidade frequente de levar doentes à Santa Casa de Misericórdia [...]. Há uma série de outros problemas, tornando desconfortável a vida de 60 mil pessoas residentes no Mucuripe. Atualmente[...] uma outra discussão une-se (às) demais [...] Todo o terreno próximo à foz do riacho Maceió está sendo cercado e murado pelo proprietário, Emílio Hinko, mesmo com o protesto de ecologistas, moradores e de autoridades municipais que chamadas a tomar providências, até hoje nada fizeram de concreto (O POVO, 1988).

O ano de 1988 se torna chave por ser o fim da gestão de Maria Luiza, ano de eleição, de aumento da pressão sobre o riacho Maceió e do aprofundamento das relações entre capital, *O Povo*, comunidades e outros grupos. Esses grupos passaram a contar com a possibilidade de estarem nas matérias do jornal expondo uma opinião crítica contra o processo de especulação imobiliária, a carência e falta de políticas públicas.

A vulnerabilidade econômica e social de muitas pessoas da região foi apresentada dentro de um conjunto de problemáticas estruturais que afetariam diretamente a vida de várias famílias da região. É nessa região permeada por grandes contrastes que as políticas urbanas e turísticas se intensificaram de modo proeminente. Um dos episódios mais emblemáticos que marca tal contradição no recorte proposto se trata da polêmica construção de um muro sobre o riacho nos últimos meses de gestão da prefeitura do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse episódio marca a tentativa dos movimentos sociais e das associações do bairro Mucuripe de conseguirem tornar o riacho Maceió novamente uma Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística - ZE-1. Tal medida foi revogada em 1984 por Cesar Cals Neto Filho que facilitou o avanço da especulação imobiliária e das agressões sobre o riacho, tornando-o ainda mais



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

vulnerável aos assédios e desmandos promovidos por construtoras e sujeitos interessados em vender ou se apropriar de seus terrenos naquele local.

O jornal *O Povo* foi um dos periódicos que acompanharam os desdobramentos desses embates na criação de um novo decreto. A pressão exercida sobre o capital na foz do riacho e a luta da comunidade em conseguir reivindicar os seus direitos tendo a preservação do riacho Maceió como um dos elementos importantes para a permanência nessa região cada vez mais valorizada e também para garantir seus direitos à moradia, lazer, cultura e trabalho na localidade.

Em outra matéria sobre esse contexto dos anos 1988, intitulada “Passeata Marca por Protestos” podemos perceber a aflição da comunidade:

Maria, cadê a preservação do Riacho Maceió?” Portando faixas com esses dizeres, os moradores do Mucuripe fizeram ontem uma passeata na Beira-Mar. Acompanhando o desfile de encerramento dos participantes do II Festival Norte-Nordeste de teatros de Bonecos. A manifestação começou defronte ao Náutico Atlético Cearense e seguiu até a estátua de Iracema[...] “A foz do Riacho Maceió está sendo murada e isso vai contra a lei de preservação de recursos hídricos, que defende a manutenção de 20 metros a partir da foz”. A explicação é da vice-presidente da Associação dos Moradores do Mucuripe[...] D. Mundinha ainda disse que a atual situação está prejudicando até dezenas de famílias que residem no Mucuripe, “pois o culpado tomou parte dos nossos quintais e cortou árvores frutíferas, além de impedir que lavadeiras utilizassem as águas do riacho (O POVO, 1988).

Nessa matéria fica evidente que a reação aos retrocessos das garantias legais de preservação do riacho foram articuladas de modo a cobrar tanto a prefeita Maria Luiza quanto expor através do jornal às implicações e consequências dessas ações que prejudicavam o cotidiano de moradores como a Raimunda Alves de Sousa, a “Dona Mundinha” e a paisagem natural do bairro Mucuripe, já bastante afetado pelo avanço da cidade para a região da orla e áreas limítrofes.

Dona Mundinha, artista plástica, moradora do bairro, líder comunitária, foi uma das principais lideranças comunitárias que se envolveram em prol das causas dos moradores, sejam elas ligadas às questões de trabalho, educação, saúde ou mobilizações pela preservação do riacho Maceió. Essas questões eram essenciais para a manutenção dos moradores que viviam nos arredores do riacho, mas também pela importância de disputar com outros grupos formas de garantir seus direitos e participação nos circuitos de lazer e turismo que se instalavam na orla da cidade.

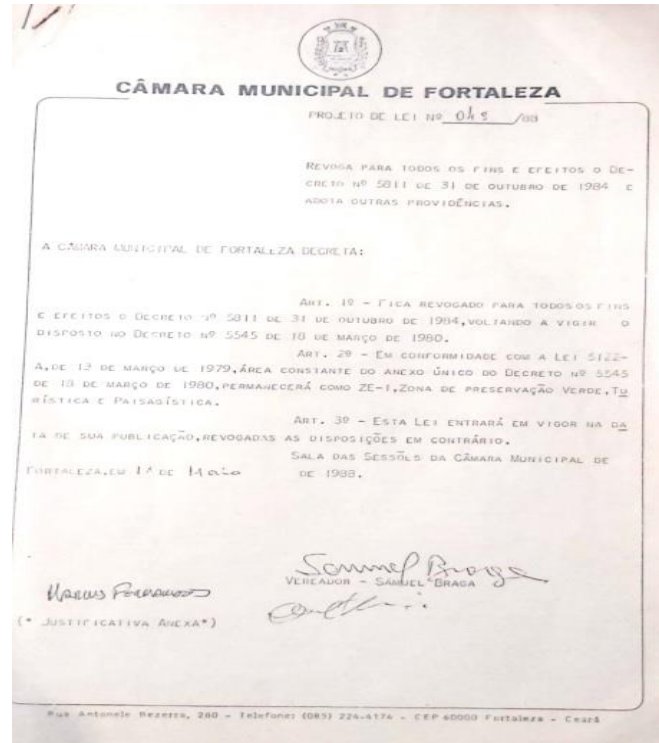
O episódio da construção do muro em torno do Maceió envolve o jornal como uma forma de denúncia e o jornal acompanha os desdobramentos que seguem tanto no âmbito da prefeitura quanto das mobilizações dos moradores que visam garantir os seus direitos e pautas. Para além da presença no jornal e nos atos, foram movidas ações na câmara dos vereadores visando garantir um novo reconhecimento do riacho como ZE-1. Essas ações tomadas visavam revogar o decreto de Cesar Cals Neto. Foi preciso várias tentativas para que o decreto de 1984 fosse revogado e assinado em 18 de maio de 1988 (Figura 1).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

Figura 1 – Projeto de Lei nº048/88 que reconhece novamente o riacho como Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística - ZE-1.



Fonte: Acervo Mucuripe, 2022.

Como podemos observar através desse documento da Figura 1, os moradores não se encontravam completamente desamparados: podemos identificar certos vereadores e parcerias que tentaram aproximar e dialogar com as suas causas para além da cobrança feita à ex-prefeita Maria Luiza Fontenele, atestando assim uma mobilização mais articulada, que tinha como estratégia política e de mobilização se fazer presente em matérias e relatos sobre os acontecimentos, mas também se utilizar de mecanismos legais para se contrapor ao que consideravam injusto e ilegal.

É por isso que nos acontecimentos relatados na matéria intitulada “Derrubada de muro provoca tumultos na Beira-Mar”, podemos observar que os acontecimentos desse caso estavam sendo acompanhado de perto por jornalistas e até pela prefeita que consegue ser informada a tempo dos acontecimentos e tomar as medidas cabíveis:

Tumultos e várias pessoas com ferimentos leves, além de demanda de arbitrariedade policial registraram-se, ontem, durante a destruição de um muro que circundava a área de preservação ambiental[...] a confusão aconteceu quando, inicialmente, policiais civis, do 2º DP (Aldeota) foram acionados para impedir uma suposta invasão do terreno ali localizado, onde se situa a foz do riacho Maceió. A derrubada, porém, havia sido determinada pela Secretaria de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP) com base no decreto municipal[...] ao serem abordados por jornalistas os moradores afirmaram que ao chegar no local a equipe de policiais detonou tiros a esmo. Provocando uma correria generalizada. A prefeita Maria Luiza tomou conhecimento do incidente e para lá se deslocou, na tentativa de contornar o problema (O POVO, 1988).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

A referida matéria traz uma ação baseada em um novo decreto assinado em julho de 1988 em que a prefeita Maria Luiza reconhece novamente o Maceió como Zona Especial de Proteção Verde, Paisagística e Turística - ZE-1, portanto, reafirmando em âmbito local sua preservação e salvaguarda que já deveriam ter sido respeitados pelas prerrogativas nacionais - mas não eram. Mesmo assim, depois de cerca de dois meses, a ação desencadeada pelo Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras Públicas - SUOP gerou denúncias anônimas sobre uma invasão ilegal quando funcionários da empresa de limpeza e urbanização e alguns moradores realizavam tal ato.

O caso de Emílio Hinko (*ibid.*) se torna emblemático pelas figuras envolvidas, a condução do caso e as disputas na preservação do Maceió que estavam permeando o muro, foi um estopim para o fomento de tensões que já viam acontecendo em anos anteriores e de outras formas, colocando em evidência as possíveis barreiras e dificuldades que os movimentos sociais e a prefeitura teriam para preservar o riacho. A participação *in loco* da cobertura do jornal traz um olhar atento para expor os acontecimentos, mas eles revelam diversas tensões políticas.

É importante ressaltar que Emílio Hinko não era um simples proprietário: na época, ele era um dos arquitetos mais influentes na região e responsável por participar da construção de outros prédios, teria comprado o terreno nas margens do riacho e oficializado a compra, o que aparentemente foi visto como um direito de realizar tal obra num momento visto como mais oportuno pela crescente supervalorização do metro quadrado, o avanço da especulação imobiliária e da atividade turística da orla impulsionada pelo “Governo das mudanças”.

Um dia depois dessa matéria, temos outra reportagem sobre esse episódio em que o jornal *O Povo* segue dando cobertura, onde foram colocados mais detalhes do ocorrido e uma expectativa de Raimunda Alves de Sousa quanto ao futuro das políticas implementadas entre prefeitura e comunidade do bairro Mucuripe na matéria intitulada “Vizinhos querem verde preservado no Maceió”:

Uma novela que já dura muito tempo, mas que precisa chegar ao final. É como se pode chamar a história do riacho Maceió. Agredido de todas as formas, em total desrespeito à ecologia, seu futuro é incerto, mesmo depois que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras Públicas (SUOP) demoliu o muro que circunda a área de preservação ambiental [...] Para Raimunda Alves de Souza, residente a rua Senador Machado com Manuel Jesuíno, o interesse das famílias que moram no Mucuripe é ter o Maceió preservado desde sua foz, uma vez que cresce a especulação imobiliária. “Independente de quem seja, o novo Prefeito terá que se comprometer com o povo e garantir a preservação total do riacho. Não vamos desistir, agora que a luta começou” (O POVO, 1988).

As ameaças ao Maceió iam para além da derrubada do muro e da legalização do decreto, pois a poluição gerada pelo descarte incorreto de lixo, as construções, derrubadas de árvores e o avanço da especulação também foram fatores que ameaçaram a contenção da degradação do riacho. Mas nesse momento de vitória pela derrubada do muro, a questão política aparece de forma destacada também pela esperança de que novas relações e resguardos fossem garantidos com a vinda de um novo prefeito.

A presença de moradores como Dona Mundinha, uma mulher que nasceu e cresceu no bairro nos ajuda a pensar também como o conceito de habitante desenvolvida por Bezerra (2006) se torna

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

relevante para refletirmos sobre o quão é importante as pessoas enxergarem certos espaços, práticas e paisagens enquanto um bem (nesse caso, seja cultural, ambiental, paisagístico ou histórico).

Esse olhar direcionado e os sentimentos de pertencimento, de direito e relação com o lugar em que se vive torna moradores como Dona Mundinha muito mais do que pessoas que simplesmente frequentam ou ocupam um espaço na cidade e no bairro: através da consciência da importância de determinado bem para si e para a sociedade, emerge a noção de habitante enquanto um sujeito consciente politicamente e socialmente do seu papel e da importância de buscar salvaguardas os seus direitos e bens culturais (MENESES, 2006).

Dada a conjuntura de escalada de avanços, violações ambientais e sociais no bairro, o decreto de Maria Luiza representou um momento ímpar para a história do bairro na sua luta pela preservação do Maceió e permanência de alguns dos moradores na orla da cidade, já que parte deles também reivindicavam o direito a permanecer com suas moradias próximas às margens do Maceió.

Enquanto esses conflitos se desenrolam, um dos candidatos ao cargo de prefeito, Ciro Gomes ainda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apoiado por Tasso e pelo Jornal *O Povo* se articulava para concorrer a nova gestão, gerando a expectativa de que sua prefeitura pudesse satisfazer interesses e visões mercadológicas sobre a cidade e a orla, compreendida a partir do papel de centralidade dada ao turismo como atividade fundamental para as transformações culturais, econômicas e urbanísticas.

Após muitas polêmicas, a confirmação da eleição de Ciro para prefeito de Fortaleza demarca de modo evidente, sobre como o jogo de alianças partidárias e midiáticas tiveram um papel preponderante na política local nesse momento, especialmente nas adequações entre interesses do mercado imobiliário e do próprio jornal *O Povo*, que se utiliza de técnicas de comunicação e favorecimentos para mobilizar suas alianças e garantir vantagens políticas para si e seus aliados.

As pretensões da comunidade, seja pela esperança de ter um diálogo, momento mais tranquilo e de avanço da preservação esbarrariam numa nova fase de articulação e de avanços de discussões e medidas favoráveis ao turismo e a degradação do riacho. O jornal, que trabalhava na divulgação das ações, pautas das associações do bairro e de movimentos sociais se reafirmaria dentro dessa nova conjuntura como um dos agentes centrais do jogo político.

4 CONSIDERAÇÕES

Nesse trabalho buscamos a compreensão de como tal momento histórico modifica e se relaciona com a questão da preservação do riacho Maceió e com um episódio bastante peculiar- a construção e queda de um muro que simbolizava uma série de interesses e conflitos- podemos perceber como as pautas locais estavam interligadas a conjuntura da época de expansão do turismo e da especulação imobiliária da orla.

Longe de ser o único caso ou expoente desse processo que permeia outros fatores como o gradual desenvolvimento e ocupação da região da orla, a expulsão e construção de prédios e condomínios na região, o olhar mais voltado para a questão do muro e as disputas sobre a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

preservação do riacho evidenciou de modo proeminente a atuação diferenciada de um dos periódicos mais importantes da época nesse processo de avanço do turismo e de uma nova fase de modernização da cidade: o jornal *O povo*.

Em termos de política nacional e regional estavam acontecendo rearranjos e alianças fortemente influenciadas em articular uma busca maior pelo desenvolvimento econômico num molde neoliberal e intenso, o periódico se inseriu no jogo político modificando sua estratégia de relação com o poder público: possibilitou uma maior participação de grupos populares e movimentos sociais que poderiam exercer até mesmo fortes críticas aos seus aliados políticos e a gestão pública.

Ao mesmo tempo que dava um caráter mais democrático e crítico ao jornal nessa conjuntura de redemocratização, aproximação e o entrelaçamento de diretrizes e interesses encaminham para que o jornal estreitasse laços com o grupo político que ia se tornando dominante tanto em nível estadual quanto municipal, no final do mandato da prefeita Maria Luiza Fontenele, o que evidenciou esse rearranjo político da época.

Na década de 1990 encontramos edições do jornal *O Povo* voltadas especificamente para os bairros, inclusive o Mucuripe, demonstrando o estreitamento desses laços e a presença do jornal em outros espaços e pautas. Ao mesmo tempo, a participação de setores e seções voltadas para o turismo também ampliam sua influência e as disputas pela preservação do Maceió seguem entre as páginas do jornal, tornando possível uma análise do processo de turistificação de Fortaleza em meio as águas e causas que permeiam o riacho Maceió, o Mucuripe e Fortaleza.

Mediante a isso ressaltamos que a relação entre imprensa, turismo e política se demonstram uma rede complexa de interesses, disputas e desafios que remetem à inúmeras singularidades, parcerias e condicionantes. Como podemos analisar na questão da conjuntura, da participação do *O Povo* e da luta pela preservação do Maceió no ano de 1988, o alvorecer da nova República trouxe uma maior participação popular, mas outras problemáticas para comunidades como a do Mucuripe.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24. n.1, p. 137-149, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Ykt4kRV5VfVmnhz4hCvzjDP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. **Antiteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 68-94, jul.-dez. 2014. Disponível em <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/18689>. Acesso em: 6 abr. 2023.

ANDRADE, Matheus Cardoso de. “Riacho Maceió”: divisor de águas de Fortaleza e modos de viver e morar do Mucuripe (1988-1996). In: Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos, 3., 2021. **Anais [...] Fortaleza**: ANPUH-UFC, 2021a, p.833-848. Disponível em: https://anpuh.org.br/images/ANPUH/Grupos%20de%20Trabalho/Patrimonio/ANAIS_IIIISNHPC.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

ANDRADE, Matheus Cardoso de. Fortaleza e turismo, disputas sociais e patrimoniais em torno do riacho Maceió (1988-2002). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021b, p. 1-15. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628554567_ARQUIVO_cc6a3d9b679cb9a93d011f0f477b429a.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

BAPTISTA, Márcio; CARDOSO, Adriana. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20-2/05-rios-e-cidades-marcio-baptista-adriana-cardoso.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

BARBALHO, Alexandre; BARRETO, Mariana. **Retratos do Ceará Moderno**: Emergência de um padrão de modernização cultural nas margens. Fortaleza: UECE, 2020. 128 p. Disponível em: https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/56/2021/01/Ebook-Alexandre-Barbalho_PDF_Interativo.pdf. Acesso em: 9 maio 2023.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR**: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: UFC Edições, 1998.

BRASIL, Amíria Bezerra. **Lotearam o sol do Ceará**: a captura do Estado pela atividade turística e a exploração do litoral de Fortaleza pelo capital imobiliário. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3187> Acesso em: 20 out. 2023

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

ICOMOS - CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Turismo Cultural**. Brasília: IPHAN, 1976. 3p. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf> Acesso em: 05 abr. 2023 .

LIMA JÚNIOR, Janary Melo. **Primeira página, segundas intenções**: o jornal *O Povo* e a eleição municipal de 1996. 1997. 78 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/43087>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-154.

MEDEIROS, Raimundo Mainar de; FRANÇA, Manoel Vieira de; HOLANDA, Romildo Morant de.; SABOYA, Luciano Marcelo Falle; CUNHA FILHO; Moacyr; ARAÚJO, Wagner Rodolfo de. A lagoa do Portinho - Piauí, Brasil e suas contribuições ao turismo e meio ambiente. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 2, e321177, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i2.1177>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, Vitor Hugo et al. (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 33-74. Disponível em: <https://docplayer.com.br/112096098-A-cidade-como-bem-cultural-areas-envoltorias-e-outros-dilemas-equivocos-e-alcance-na-preservacao-do-patrimonio-ambiental-urbano.html>. Acessado em 07 fev. 2023.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [s. n.], v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/165853/166342> . Acesso em: 15 mar. 2023.

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

AS DISPUTAS ENTORNO DA PRESERVAÇÃO DO RIACHO MACEIÓ NO ALVORECER DA
NOVA REPÚBLICA: IMPRENSA, POLÍTICA E TURISMO
Matheus Cardoso de Andrade

SILVA, Naiana Rodrigues da. Um jornal sob o signo da modernidade tecnológica: identidade e ethos no discurso do jornal cearense Diário do Nordeste. *In*: **SEMANA DE HUMANIDADES UFC/UECE**, 7., 2010. Fortaleza: UFC, UECE, 2010.